



IDEAS

Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde

PROPOSTA - REGIMENTO INTERNO
HOSPITAL MUNICIPAL DESEMBARGADOR LEAL JUNIOR E DO CTI COVID
HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU.

Itaboraí / RJ, 2022.



PROPOSTA - REGIMENTO INTERNO

HOSPITAL MUNICIPAL DESEMBARGADOR LEAL JUNIOR E DO CTI COVID HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU.

Secretaria Municipal de Saúde Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro

CAPÍTULO 1 – Conceituação

Art. 1º - Este Regimento representa a estrutura de funcionamento do Hospital Municipal Desembargador Leal Junior e do Hospital Municipal São Judas Tadeu, aspectos relacionados a composição da Gestão e traz, em linhas gerais, os aspectos diretivos, estruturais e institui as normas gerais de funcionamento do serviço.

Art. 2º - O corpo clínico deve manter alto padrão moral, técnico e científico para a consecução de suas finalidades, nos termos deste Regimento Interno, respondendo os seus membros civis, penais e eticamente por seus atos profissionais.

CAPÍTULO 2 - Dos objetivos

Art. 3º - Os Hospitais exercem papel de Referência e Excelência destinado ao atendimento dentro de seus perfis. A entrada para o serviço ocorre por demanda livre para Hospital Desembargador Leal Junior e demanda referenciada por meio do sistema oficial de regulação para Hospital Municipal São Judas Tadeu (retaguarda).

Tem como objetivos, entre outros:

I – Exercer papel de Centro de Referência e Excelência destinado ao tratamento de média complexidade, como hospital geral, para usuários com enfermidades agudas e crônicas, que requeiram atenção profissional especializada, material específico e tecnologias necessárias ao diagnóstico, monitoramento e terapia.

II - Oferecer atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde apresentando condições potencialmente recuperáveis que se beneficiem do tratamento especializado oferecido.

III – Assistência à saúde prestada em regime ambulatorial e de internação hospitalar, sob regulação do sistema oficial do município, compreendendo o conjunto de serviços oferecidos ao usuário desde seu acolhimento inicial à sua internação hospitalar, passando pela alta até o seguimento ambulatorial pós-alta, incluindo-se todos os atendimentos e

procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas indicadas.

IV – Exercer assistência ao usuário de modo multidisciplinar, com equipamentos específicos próprios, recursos humanos especializados e que tenham acesso a outras tecnologias destinadas ao melhor diagnóstico e terapêutica, atendendo às disposições das portarias do Ministério da Saúde vigentes para o tipo de atenção oferecida.

V – Atuar como polo de pesquisa científica e qualificação profissional de níveis médio (técnico) e superior nas áreas abrangidas do hospital.

CAPÍTULO 3 - Da Estrutura da unidade

Art. 4º - Os hospitais estão localizados no Município de Itaboraí, com atuação integrada aos serviços de saúde de diferentes níveis de atenção em saúde. A unidade Hospital Municipal São Judas Tadeu, utilizará como padrão o atendimento clínico de pacientes referenciados pelo Hospital Municipal Desembargador Leal Junior.

Art. 5º – O Hospital Desembargador Leal Junior terá o perfil assistencial para atendimento em:

- I. Urgência e emergência;
- II. Cirurgias gerais
- III. Pediatria
- IV. Psiquiatria
- V. Terapia Intensiva adulta;
- VI. Obstetrícia de risco habitual;
- VII. Ortopedia de baixa e média complexidade.

CAPÍTULO 4 – Da Composição

Art. 6º - Características da estrutura organizacional hospitalar, de acordo com a composição da equipe diretiva:

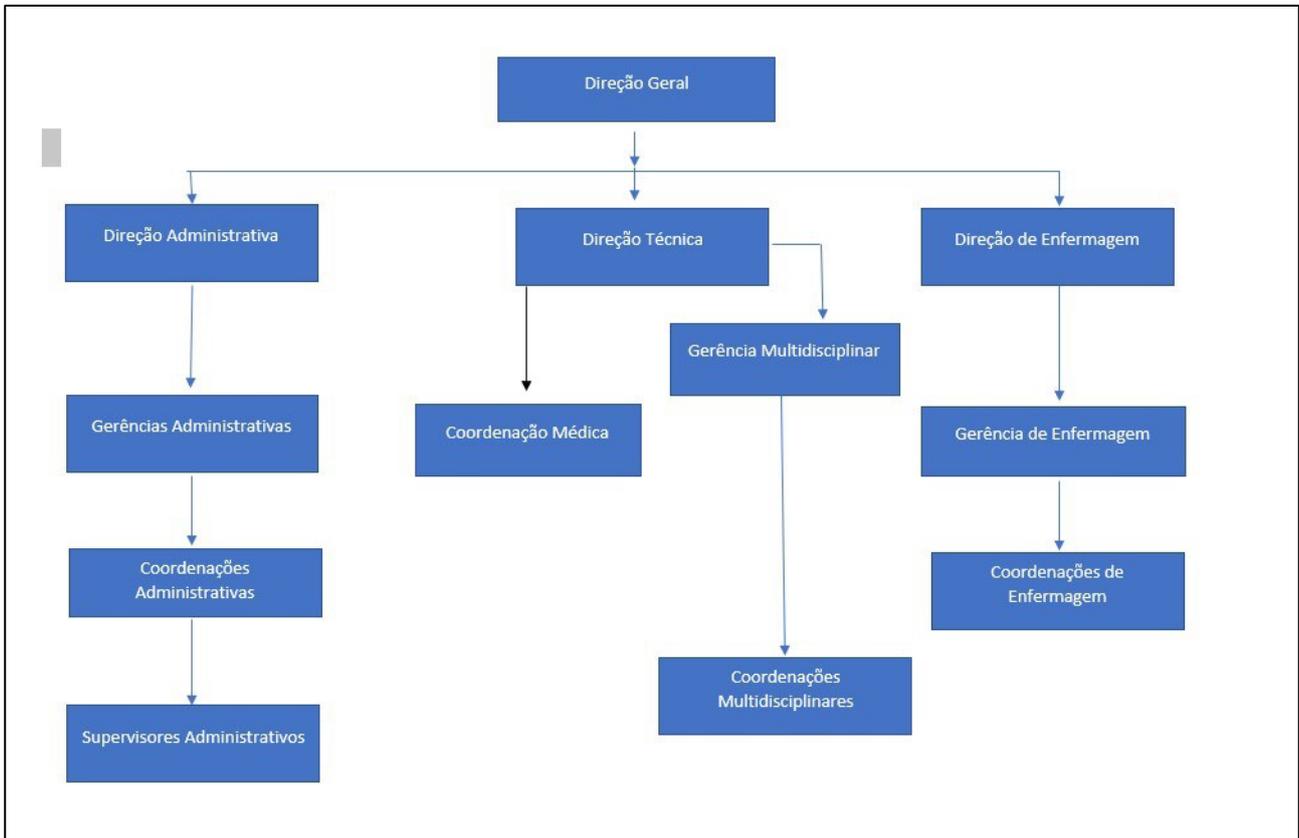
- I - Direção Geral
- II – Direção Técnica Médica (RT)
- III - Direção administrativa
- IV – Direção de Enfermagem (RT)

V – Gerencia Multidisciplinar

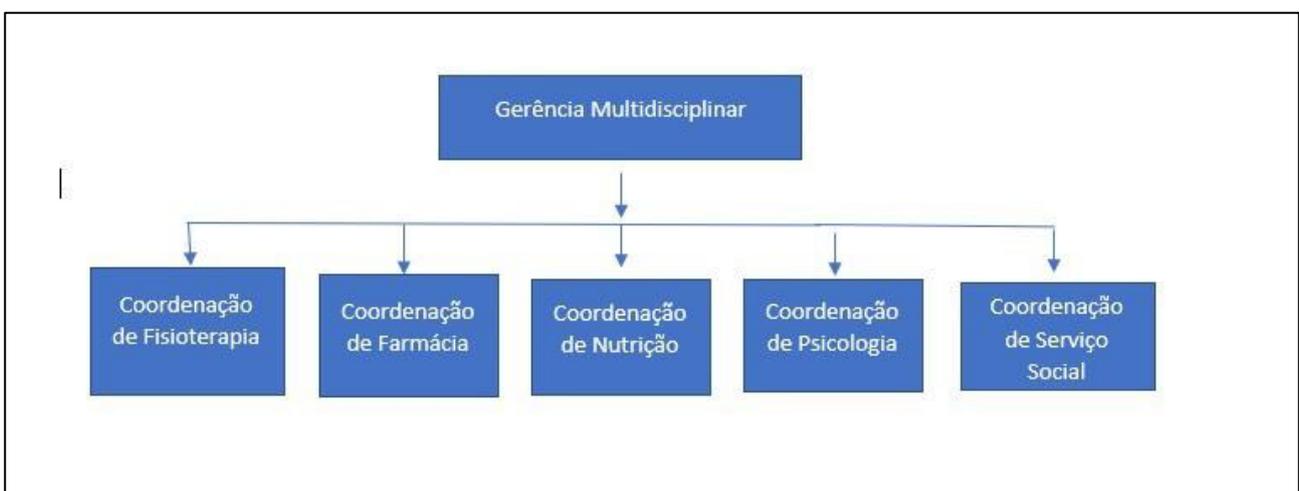
VI – Gerência de Enfermagem

VII - Gerência Administrativa

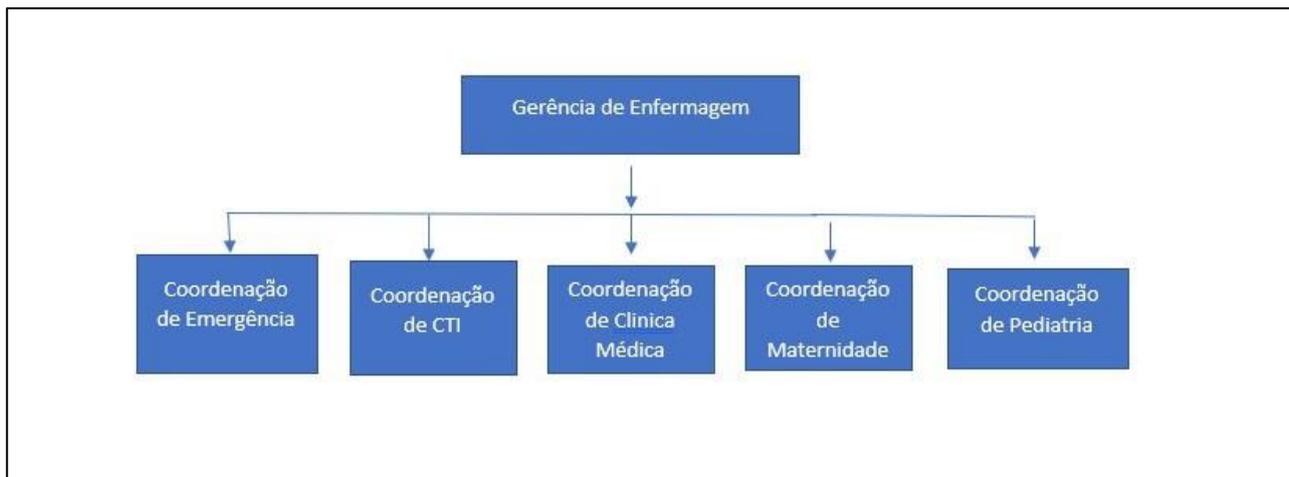
Art. 7º - O organograma:



Fonte: Edital 004/2022, SMS Itaboraí/RJ.



Fonte: Edital 004/2022, SMS Itaboraí/RJ.



Fonte: Edital 004/2022, SMS Itaboraí/RJ.

Art. 8º - Compete à Direção Geral:

Conduzir os hospitais, de acordo com o proposto no Termo de Referência do presente edita;
Responsabilizar-se e representar a unidade de saúde junto às autoridades, conforme legislação vigente e normas da Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí/RJ;

Monitorar e executar o planejamento econômico-financeiro estabelecido pela Gestão em consonância com o programa anual traçado para as atividades técnicas assistenciais, administrativas e financeiras da unidade;

Ordenar a execução das atividades relacionadas à atividade fim da unidade;

Constituir e acompanhar as comissões permanentes e transitórias para monitoramento da prestação de serviços assistenciais e administrativos da unidade;

Zelar pela qualidade dos serviços prestados na unidade;

Estabelecer cronograma de reuniões periódicas com os demais gestores das unidades;

Participar das reuniões de avaliação trimestral do contrato de gestão;

Encaminhar informações solicitadas pelos diversos órgãos de controle dentro dos preceitos estabelecidos pelos Códigos de Ética profissionais;

Prestar informações da unidade à Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí/RJ de forma objetiva e fundamentada;

Aplicar as normas e protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí/RJ;

Deliberar os casos omissos não previstos neste Regimento.

Art. 9º - Compete à Direção Administrativa:



Planejar, organizar, controlar e assessorar o serviço nas áreas de gestão de pessoas, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras;

Implementar programas e projetos;

Elaborar planejamento organizacional;

Promover estudos de racionalização e controlar o desempenho do serviço;

Prestar auditoria interna de qualidade seguindo metodologia adotada pela Entidade;

Colaborar com a assistência segura, humanizada e individualizada aos pacientes críticos;

Garantir o abastecimento de insumos e medicamentos com regularidade à unidade, buscando o melhor preço e qualidade no mercado;

Autorizar as solicitações de compras, mediante análise criteriosa da necessidade e quantidade do setor solicitante;

Realizar demais atividades inerentes ao cargo.

Art. 10º Compete ao Direção Técnica Médica (RT médico):

Dirigir e coordenar o corpo clínico;

Responsabilizar-se tecnicamente junto aos Conselhos Federal e Regional de Medicina e representar a unidade hospitalar junto às autoridades e perante o juízo, conforme legislação vigente;

Monitorar a qualidade da assistência prestada aos pacientes, a fim de que o atendimento seja eficiente;

Supervisionar a execução das atividades de assistência médica da unidade;

Zelar pela ética profissional;

Implementar normativas, rotinas, fluxos e procedimentos assistenciais médicos.

Art. 11º - Ao Corpo Clínico compete:

Prestar assistência médica aos pacientes sob seus cuidados;

Prestar assistência médica aos pacientes, independentemente de cor, raça, religião, situação social ou política;

Decidir sobre punição de médico, depois de receber os resultados da respectiva sindicância realizada pela Comissão de Ética, na forma deste Regimento;

Realizar Assembleias e Reuniões Científicas;

Cooperar com a administração da instituição visando à melhoria da assistência prestada;



Colaborar com a administração da instituição, respeitando o Código de Ética Médica, os regulamentos e as normas existentes;

Participar na educação sanitária da população;

Colaborar nos programas de treinamento do pessoal da instituição;

Contribuir para o aprimoramento dos padrões profissionais;

Desenvolver e estimular o espírito de unidade, o conagraçamento e os preceitos éticos entre seus membros;

Art. 12º Compete a Direção de Enfermagem:

Cumprir e fazer cumprir o regimento do hospital e as determinações da Direção Geral;

Planejar, gerenciar, estimular, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelas unidades assistenciais que possuem equipe de enfermagem;

Desenvolver programas de assistência integral e contínua aos pacientes e de orientação e atualização de conhecimento à sua equipe;

Organizar o serviço de enfermagem de acordo com a especificidade do hospital;

Estimular a prática profissional interdisciplinar no hospital;

Colaborar na humanização do atendimento hospitalar;

Zelar pelas atividades privativas do Enfermeiro;

Elaborar o diagnóstico do Serviço de Enfermagem e apresentar sua proposta de trabalho à Direção Geral;

Colaborar com a fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem – COREN, sempre que solicitado e, no encaminhamento do pessoal notificado para regularização junto a este Órgão;

Conhecer e divulgar para sua equipe o Código de Ética do profissional de enfermagem;

Atender sempre às convocações do COREN, no prazo determinado;

Fazer reuniões periódicas com toda a sua equipe, registrando em livro ata as atividades técnicas e administrativas de sua área;

Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;

Manter contato com a Direção Geral objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;

Fazer cumprir as normas do Conselho Federal e Regional de Enfermagem.

Art. 13º Compete a Gerência Multidisciplinar:

Cumprir e fazer cumprir o regimento do hospital e as determinações da Direção Geral;

Planejar, gerenciar, estimular, acompanhar e avaliar as ações relacionadas a equipe multidisciplinar;

Desenvolver programas de assistência integral e contínua aos pacientes com especificações de cuidados da equipe multidisciplinar;

Organizar o serviço de SADT de acordo com a especificidade do hospital;

Estimular a prática profissional interdisciplinar;

Colaborar na humanização do atendimento durante procedimento no SADT;

Elaborar o diagnóstico do SADT e apresentar sua proposta de trabalho à Direção Geral;

Fazer reuniões periódicas com toda a sua equipe, registrando em livro ata as atividades técnicas e administrativas de sua área;

Zelar pela guarda, controle, manutenção e conservação do equipamento e material utilizado;

Manter contato com a Direção Geral objetivando a eficiência administrativa dos serviços hospitalares;

Fazer cumprir as normas Regimento Interno da unidade.

CAPÍTULO 5 – Das comissões:

Art. 14º - As Comissões Permanentes estão constituídas como órgãos auxiliares da Unidade Hospitalar, sendo obrigatórias:

Núcleo da Qualidade

Núcleo de Segurança do Paciente

Núcleo de Educação Permanente

Núcleo de Vigilância Hospitalar

Núcleo Interno de Regulação

Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH)

Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT)

Comissão de Ética Médica

Comissão de Ética de Enfermagem

Comissão de Investigação de Óbitos

Comissão de Revisão de Prontuários

Comitê Transfusional

Comissão de Farmácia e Terapêutica
Comissão de Documentação Médica e Estatística
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
Comissão de Proteção Radiológica
Comissão Multiprofissional de Terapia Nutricional

Art. 15º - As Comissões Permanentes constituídas possuem os seus respectivos Regimentos que estabelecem as normas para o seu funcionamento conforme legislações aplicáveis, necessidade, perfil da unidade e previsão contratual.

I - As ações resultantes das reuniões periódicas das comissões, são avaliadas e acompanhadas pela Diretoria, assim como seus resultados poderão ser apresentados aos órgãos competentes periodicamente.

Parágrafo Único: Outras comissões poderão ser constituídas a qualquer tempo, por definição e nomeação da direção geral, para atender legislações aplicáveis ou a necessidade da unidade hospitalar.

CAPÍTULO 6 – Princípios da Gestão

Art. 16º - O cuidado na área da saúde deve ser pautado em princípios de gestão, visando melhor assistência dentro de parâmetros de qualidade estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí/RJ, tendo como fundamentos básicos de gestão para os hospitais:

- Visão Sistêmica: ter noção de que os hospitais funcionam interligados com seus serviços em comunhão de atividades para o alcance de um resultado único, qual seja a melhor assistência possível ofertada aos usuários. Ademais, cada serviço deve ter sua área funcionando em parceria perfeita para que a eficácia e a efetividade sejam sempre os resultados esperados;
- Gestão por Processos: a melhoria contínua dos processos deve ser perseguida diariamente pela Contratada, estando alinhada à visão e as estratégias da mesma, e ainda, com foco nas necessidades do usuário.
- Liderança: o conjunto de liderança, estratégias bem definidas e mecanismos de controle eficazes devem existir para que haja avaliação, direcionamento e monitoramento da própria Gestão, possibilitando a correção de rumos e objetivos.

- Desenvolvimento de Pessoas: visando o desempenho individual e do próprio hospital, deve priorizar o engajamento dos profissionais, com o desenvolvimento de competências e habilidades, além de um programa de Educação Permanente que atenda às necessidades de conhecimento e formação dos profissionais, e conseqüentemente, melhorando a percepção da qualidade assistencial ofertada.
- Segurança do Paciente: deve ser um objetivo diário e primordial de todos que constituem a identificação, a análise, o planejamento e a implementação de melhorias nos processos assistenciais para a redução contínua e permanente dos riscos e danos associados à assistência à saúde. O cuidado deve ser centrado no paciente por meio de um tratamento individualizado, integral, planejado seguro e efetivo, mediante tomadas de decisão participativas, respeitando a cultura do paciente e da sociedade em que atua. Assim como o respeito e cuidado ao acompanhante e familiar.
- Melhoria Contínua: processo que objetiva a identificação, análise permanente e avaliação da situação existente, de forma sistemática e planejada, com base em dados e informações, visando uma situação futura com melhoria contínua dos padrões dos produtos, dos serviços e dos processos, almejando o melhor desempenho dentro das condições existentes.
- Ética e transparência: os princípios da Administração Pública estão previstos expressamente na Constituição Federal, sendo responsáveis por organizar sua estrutura e mostrar seus requisitos básicos para a formação de uma administração padronizada, gerando uma segurança jurídica em toda a sociedade. São Princípios Constitucionais na Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e a Eficiência. Além desses, existem também princípios de suma importância que são a Razoabilidade/Proporcionalidade e a Finalidade. Além desses princípios explícitos na Constituição, existem outros que são implícitos no texto Constitucional, como o Princípio da Supremacia do Interesse Público, que deve ser considerado na mesma proporção com os outros, pois os princípios gerais de direito existem por força própria, independentemente de figurarem em texto legislativo.

CAPÍTULO 7 – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.17º - Qualquer membro da Diretoria, Corpo Clínico e Colaboradores será considerado infrator e sujeito a penalidades:

Desrespeitar o regimento interno dos Hospitais Municipais;



Desrespeitar as normas administrativas internas, mesmo aquelas não descritas neste regimento;

Revelar-se inapto para exercício da profissão e/ou função, demonstrando imperícia, negligência e/ou imprudência no atendimento ao paciente, independentemente de se caracterizar transgressão de natureza ética;

Agir de forma a denegrir a reputação dos outros profissionais do hospital;

Agir de forma contrária às práticas para segurança do paciente, das equipes hospitalares ou acompanhantes e visitantes;

Parágrafo Único: Nos casos de infringência regimental interno, caberá à Diretoria Geral definir e comunicar a apreciação do processo e aplicação de penalidades cabíveis.

As penalidades para as transgressões poderão ser aplicadas cumulativamente e sem obrigatoriedade de ordem cronológica, conforme abaixo, dentre elas:

Advertência verbal e sigilosa;

Advertência por escrito e sigilosa;

Afastamento temporário de suas atividades no hospital;

Desligamento do colaborador.

CAPÍTULO 8 - Das Reuniões

Art. 18º - As reuniões ordinárias serão realizadas mensalmente sob a presidência do Diretor Geral.

Parágrafo Único - As reuniões terão ata lavrada em livro próprio e redigida pelo Secretário da Direção Geral.

Art. 19º - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas com antecedência mínima de 1 dia.

CAPÍTULO 9 – Da relação com fornecedores

Art. 20º - A seleção de fornecedores de produtos e/ou prestadores de serviços, mediante processo seletivo previsto pela Lei, Normas da Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí/RJ e Regulamento de Compras, deverão observar o seguinte:



Condições técnicas e regularidade cadastral da empresa para prestação e execução dos serviços ou venda do produto, assim como condutas éticas, idoneidade e imparcialidade e o seu atendimento aos interesses do hospital, propiciando maior benefício ao hospital, resguardando o preceito da qualidade prestada.

É vedado o recebimento de comissões financeiras ou de quaisquer outras vantagens pessoais, nem a contratação de serviços ou compra de produtos em troca de favores individuais, assim como o favorecimento de fornecedores de caráter duvidoso.

Todas as solicitações de compras deverão seguir o fluxo:

- 1º - Solicitação por escrito via e mail com a descrição objetiva do item e necessidade;
- 2º - Setor de Compras, enviará para aprovação da Diretoria;
- 3º - As compras são aprovadas pela Diretoria Geral e/ou Administrativa.

CAPÍTULO 10 – Das relações interpessoais

Art. 21º – As relações com os colegas de trabalho devem ser fundamentadas pelo respeito mútuo, honestidade, cortesia e pela lealdade, uma vez que o princípio básico de relacionamento profissional dos Hospitais é o trabalho de equipe integrado em um ambiente harmonioso.

Art. 22º – Nas relações entre os colegas de trabalho não serão aceitos:

- Prejudicar a imagem dos colegas, fazendo comentários e críticas sobre a sua conduta pessoal ou sobre seu desempenho profissional;
- Permitir que dificuldades existentes, de caráter pessoal ou de grupo, possam prejudicar o bom relacionamento profissional do hospital;
- Iniciar boatos, falsas informações e similares, ou dar continuidade a eles;
- Boicotar ou dificultar procedimentos de trabalho, bem como a execução de serviços levados a efeito por colegas de trabalho e omitir informações que facilitem ou ajudem o colega a executar suas funções.

CAPÍTULO 11 - Disposições Gerais

Art. 23º – A unidade hospitalar deve funcionar em estrita observância às normativas técnicas assistenciais e administrativas.



Art. 24º - Os profissionais e colaboradores não poderão receber qualquer tipo de pagamento de pacientes e/ou familiares referentes aos serviços prestados durante sua jornada normal de trabalho.

Art. 25º - Todas as normativas técnicas complementares a este Regimento são elaboradas em obediência às especificidades técnicas e ao perfil assistencial dos hospitais.

Art. 26º – Sendo a preservação do meio ambiente um dos pilares de um conceito de saúde adequado, e por ser ações éticas ambientais, entre outras, constituem-se ações a serem desenvolvidas nas unidades: proibição de fumar nas dependências do hospital, evitar alimentar-se em áreas impróprias, manter toda a estrutura do hospital em perfeitas condições de higiene e uso, consumir ou utilizar água e energia elétrica sem desperdício; desligar os equipamentos elétricos quando não estiverem sendo utilizados.

Art. 27º - As notícias referentes a fatos ocorridos no âmbito hospitalar só poderão ser fornecidas para divulgação com autorização do Diretor Geral.

Art. 28º – Constitui-se obrigação de todos, dentro ou fora do hospital, manter sigilo sobre: Toda a informação relativa ao paciente; tudo aquilo que for presenciado durante todo e qualquer ato médico;
O estado de saúde do paciente, bem como o andamento do tratamento.

Art. 29º – Com o objetivo de garantir a utilização adequada dos computadores e da rede, não serão aceitos:
Utilizar computadores pessoais conectados à rede do Hospital, exceto os casos autorizados pela Diretoria;
Modificar ou apagar (deletar) arquivos, softwares e/ou qualquer dados sem autorização prévia;
Acessar jogos recreativos, filmes, material pornográfico e demais assuntos não relacionados ao trabalho do colaborador.

Art. 30º – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Direção dos Hospitais, respeitada a competência da autoridade superior.



Art. 31º – O Diretor Geral tomará as medidas necessárias para implantação deste Regimento.

Art. 32º – Revogam-se as disposições em contrário.

Itaboraí, _____ de _____ de 20____

Diretor Geral

Diretor Médico

Diretor Administrativo

Diretor de Enfermagem

MATRIZ